

# A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NAS DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Robson Dantas Alves<sup>1</sup>

## RESUMO

As discussões que sustentam as concepções de sexo e de sexualidade nas sociedades contemporâneas se consolidam na dualidade do sexo e do gênero (masculino ou feminino), o que se deve à nossa formação, uma vez que costumamos repetir o que nos foi ensinado. Faz-se necessário, entretanto, se ater às mudanças perceptíveis no comportamento das pessoas que compõem os grupos sociais, inclusive a escola, no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Desmanchar essa dicotomia do que é pertinente ao homem ou do que é pertinente à mulher é bem saudável e deve ser tratado de forma natural. O presente artigo discute a importância da inserção dessa temática no currículo escolar para que as relações humanas sejam analisadas além do viés biológico e dessa forma, contribuam para o desvelamento dos preconceitos e o resgate ao respeito às diferenças.

**Palavras chaves:** Gênero. Sexualidade. Educação.

## RESUMEN

Las discusiones que sostienen las concepciones de sexo y de sexualidad en las sociedades contemporâneas se consolidan en la dualidad del sexo y del género (masculino o femenino), lo que se debe a nuestra formación, ya que solemos repetir lo que se nos enseñó. Se hace necesario, sin embargo, atenderse a los cambios perceptibles en el comportamiento de las personas que componen los grupos sociales, incluso la escuela, en lo que se refiere a cuestiones de género y sexualidad. Deshacer esa dicotomía de lo que es pertinente al hombre o de lo que es pertinente a la mujer es bien sana y debe ser tratado de forma natural. El presente artículo discute la importancia de la inserción de esta temática en el currículo escolar para que las relaciones humanas sean analizadas además del sesgo biológico y de esa forma contribuyan al desvelamiento de los prejuicios y el rescate al respeto a las diferencias.

**Palabras claves:** Género. Sexualidad. Educación.

## ABSTRACT

The discussions that support the conceptions of sex and sexuality in contemporary societies are consolidated in the duality of sex and gender (male or female), which is due to our formation, since we usually repeat what we were taught. It is necessary, however, to observe the perceptible changes in the behavior of the people who make up the social groups, including the

---

<sup>1</sup> Aluno do curso de Mestrado em Ciência da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS; Especialista em Matemática pela Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM; Especialista em Matemática e Estatística pela Universidade Federal de Lavras – UFLA; Graduado em Ciências com Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Atua como professor de matemática nas redes estadual e municipal de Vitória da Conquista – BA. Email: robsondantas@msn.com

school, regarding gender and sexuality issues. Breaking down this dichotomy of what is pertinent to man or what is pertinent to woman is healthy and should be treated in a natural way. This article discusses the importance of inserting this theme in the school curriculum so that human relations are analyzed beyond the biological bias and in this way contribute to the unveiling of prejudices and the rescue of respect for differences.

**Keywords:** Gender. Sexuality. Education.

## INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios na educação brasileira na contemporaneidade é trabalhar as questões relacionadas às diversidades, de uma forma ampla, vencendo os preconceitos, seja no que tange à etnia, ao regionalismo, às classes sociais, ao sexismo e às questões de gênero ou, a partir deles criar estratégias e discussões para o amparo legal e para a implantação de políticas públicas que sejam condizentes com a garantia dos direitos dos cidadãos, em sua plenitude.

É muito comum no ambiente escolar o uso de termos depreciativos entre os colegas de classe, na maioria das vezes do sexo masculino. Pode-se observar que os alunos se reportam uns aos outros fazendo referência à masculinidade trazida por uma cultura historicamente machista, na qual durante muito tempo, o gênero feminino foi caracterizado como “sexo frágil”, cabendo às mulheres as funções relacionadas ao cuidado com os filhos, o marido, a família e a casa. Ainda hoje, em pleno século XXI é comum ouvir a expressão “chefe de família” se referindo ao homem que por sua vez é responsável pelo sustento da sua linhagem. Ocorre que os tempos mudaram, mas apesar das significativas mudanças culturais, a socialização de meninos e meninas ainda é marcada pela diferenciação, desde a escolha de brinquedos e brincadeiras até a imposição na cor da roupa como sendo adequada ou não. Tudo isso é perceptível no ambiente escolar e, algumas vezes, até mesmo estimuladas pelos profissionais de educação, de forma inconsciente ou de forma velada.

Os educadores, por serem reflexos da sociedade, assumem o importante compromisso de assegurar a liberdade de expressão e, de certo modo, faz-se necessária a compreensão de que o posicionamento acerca das questões relacionadas à gênero e sexualidade como sendo uma determinação estável, segura ou supostamente imutável configura-se, tão somente, como convenções sociais violentas e arbitrárias que tentam trazer ou construir uma inteligibilidade sobre os corpos. A escola é, pois, um espaço político importante para o exercício da liberdade das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

Podem ser observados casos de bullying ou de violência relacionados às questões de gênero e diversidade sexual no ambiente escolar. Em contrapartida, observa-se no cenário

nacional a implementação de projetos e programas que promovem o diálogo relacionado à homofobia e conseqüentemente, aos direitos sexuais. E o marco mais significativo sobre diversidade sexual é o Programa Brasil sem Homofobia (Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB – gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais – e de Promoção da Cidadania de Homossexuais), lançado em 2004 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, a partir de definição do Plano Plurianual PPA – 2004-2007 (Brasil, 2004).

Além de fazer uma discussão sobre as questões de gênero e sexualidade no espaço escolar, o presente artigo analisa as demandas imperiosas para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas afirmativas na perspectiva de garantia dos direitos nas temáticas de diversidades de gênero e sexual no âmbito da educação.

### **UMA BREVE VISÃO DA SEXUALIDADE NO PASSADO E NO PRESENTE**

No decurso da história, as sociedades eram altamente patriarcais, mantinham um sistema em que as mulheres eram subservientes ao homem, que por sua vez não mantinham fidelidade no seu relacionamento, pois tinham acesso aos favores sexuais das caseiras e podiam visitar as prostitutas sem nenhum embaraço. Na antiguidade, os gregos e romanos tratavam a sexualidade com bastante liberdade. Eram toleradas a homossexualidade, a pedofilia e a nudez pública. As bacanais e os jogos olímpicos eram espetáculos de nudez e de vigor físico. A arte nessa época era marcada pelo nu. Já na Idade Média, o cristianismo predominou e passou a valorizar o espírito. O corpo veio a ser escondido, o prazer sexual condenado, a liberdade sexual considerada perversão. O sexo restringiu-se à reprodução e os sentimentos tidos como leviandade. Ao contrário do período descrito anteriormente, o nu é totalmente proibido. Em suma, o mito de Adão e Eva é tomado como referência.

Com o passar do tempo, as diversas expressões da sexualidade humana foram reprimidas pela igreja e pelos povos colonizadores para impor uma norma sexual. Talarolli Junior assinala que a cultura e o meio social são fundamentais para definir a forma como as pessoas conduzem os impulsos sexuais e se relacionam sexualmente umas com as outras (TERALOLLI, 1997, p. 38).

Nos tempos modernos percebe-se que a valorização do corpo volta a ter ênfase tanto por homens quanto pelas mulheres. Os cristãos passam a tolerar as expressões da sexualidade desde que não vá de encontro a certos dogmas ainda conservadores e, de certo modo, repressores de uma conduta. As ideias do iluminismo, de Darwin e de Freud são desencadeadas na revolução sexual dos anos 60. O romantismo exerce notável influência com a noção contemporânea de

amor. Agora, as diferentes posturas caminham lado a lado ou pelo menos há uma luta travada pelos movimentos ativistas para que isso aconteça. E dessa forma, o corpo voltou a ser liberto.

Michael Foucault define os elementos culturais como a base das ações cotidianas que constituem a vida do indivíduo, inclusive de seu sexo: “O estudo da moral sexual deve determinar de que modo, e com que margem de variação ou de transgressão, os indivíduos ou grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo, que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm consciência mais ou menos dela.” (FOUCAULT, 1984, p. 211).

Embora a história da sexualidade tenha sido marcada pela repressão, visto que o sexo e o prazer foram perseguidos, proibidos e silenciados durante muito tempo, ainda hoje a sociedade está reagindo à mudança histórica, por meio de comportamentos sexuais e valores contemporâneos. Tradições mais antigas, iniciadas, por exemplo, pelas grandes religiões, continuam moldando reações. Diante desse contexto, percebe-se que a história da sexualidade é interessante em si mesma, sendo verdadeiramente inescapável, uma vez que lança luz sobre um complexo e polêmico conjunto de mudanças que conecta diretamente presente e passado.

Entretanto, percebe-se na atualidade, uma banalização na exposição do sexo e do corpo, principalmente o feminino, proporcionando ao adolescente uma visão deformada, frívola e superficial a respeito do sexo e da sexualidade. Nota-se que os jovens estão sendo formados sem a capacidade crítica e autônoma de pensar a respeito das temáticas aqui em discussão, essencialmente importantes tanto para o indivíduo quanto para as interações sociais.

## **ENTENDENDO AS QUESTÕES DE GÊNERO**

A cultura em sociedade supõe ou impõe que um corpo ao nascer tem que ser definido como macho ou como fêmea. Atrelada a essa ideia tem-se a definição de que o corpo deve determinar um gênero: masculino ou feminino. A partir dessa análise é proposta uma única forma de desejo que se direciona, única e exclusivamente, ao sexo oposto. Entretanto, as coisas não acontecem dessa forma na vida real, uma vez que as pessoas se modificam e podem experimentar formas de viver os gêneros e as sexualidades de maneiras distintas.

A grande discussão mais recente em termo de sexualidade é afirmar que todas as formas de vivê-la são aprendidas, nenhuma é natural. Assim, a heterossexualidade não é natural, as pessoas aprendem a ser heterossexuais da mesma forma como podem ser bissexuais ou homossexuais. A sexualidade, bem como o gênero, vai se fazendo ao longo da vida a partir das experiências, das aprendizagens, de muitas situações. Butler (2015) afirma que:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. (p. 26)

As identidades do sujeito se constroem através de múltiplos elementos. Pensar as relações de gênero e a sexualidade humana para além do viés biológico é essencial para que se possam desvelar os preconceitos e resgatar o respeito às diferenças.

Nesse contexto, cabe ressaltar o surgimento do termo *queer*, palavra inglesa usada há quase 400 anos e que se referia às coisas estranhas, excêntricas, bizarras. Posteriormente, esse termo ganha o sentido de “viadinho e sapatão” passando a ser usado como ofensa para os homossexuais, travestis e todas as pessoas que se desviavam do conceito normal do sexo binário ou dos padrões de heteronormatividade, defendida por aqueles que veem o modelo heterossexual como o único e correto. A *teoria queer* começa a ser desenvolvida no final da década de 80 por meio de ativistas e pesquisadores que tiveram o intuito de positivar esta conhecida forma pejorativa de insultar os homossexuais. Assim, a proposta foi dar um novo significado ao termo, passando a entendê-lo como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente impostas.

A teoria queer, portanto, traz uma possibilidade de questionamento das verdades consagradas e procura trabalhar com aquilo que é impensável, com o jeito de se pôr no mundo. “Os estudos queer atacam uma repronarratividade e uma reproideologia, bases de uma heteronormatividade homofóbica, ao naturalizar a associação entre heterossexualidade e reprodução” (Lopes, 2002, p. 24). Nessa perspectiva, cabe dizer que as relações de poder se configuram como estruturas repressoras para a comunidade LGBT, que busca a emancipação dos direitos, a visibilidade social e a plenitude de sua cidadania.

## **AS DISCUSSÕES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA**

As diversidades estão presentes na sociedade como um todo e, dessa forma, não pode ser diferente nos espaços escolares, visto que são intrínsecos às condições humana, cultural e social encontradas na escola. Historicamente, temáticas relacionadas às diversidades e pluralidades humanas foram silenciadas no currículo escolar, bem como nas práticas pedagógicas adotadas nas escolas. Nota-se, entretanto, que mesmo nos dias de hoje, as

diferenças de gênero não vêm sendo tratadas na educação, nas experiências escolares que, por sua vez, silenciam as questões da diversidade sexual e de gênero, conduzindo a comportamentos ligados a prática e cultura do preconceito, da discriminação e da segregação.

Havia na escola uma tendência de falar sobre sexo, fazendo uma abordagem somente do sistema reprodutor masculino e do sistema reprodutor feminino durante as aulas de ciências ou de biologia. Todavia, se a escola se propõe a trabalhar com sexualidade, essa temática deve ser trabalhada de forma mais abrangente e que não se limite ao biológico. É necessária uma exposição que contemple as dúvidas da garotada, como o primeiro beijo, o primeiro contato, sobre as formas de prazer, ou seja, questões que pensem muito mais no cultural e no social.

Em 2011 houve muitas discussões no Brasil acerca do material produzido por especialistas, sob encomenda do Ministério da Educação (MEC) para promover o programa Brasil sem Homofobia nas escolas. Entretanto, a iniciativa não resistiu às pressões dos congressistas ligados a entidades religiosas, o que levou o Governo Federal a voltar atrás e impedir o andamento do projeto. O kit que seria distribuído nas escolas era composto por diversos materiais para a formação dos docentes, tais como vídeos e caderno de formação do professor, no intuito de tratar sobre a temática de uma forma mais ampla. Nota-se, portanto, o pensamento conservador e preconceituoso de algumas pessoas que demonstram o receio de que falar sobre a homossexualidade ou sobre a transexualidade na escola seria uma forma de promovê-las.

Quando se pensa em homofobia no ambiente escolar não se pode deixar de perceber uma articulação intrínseca com as questões de gênero e faz-se necessário refletir sobre o fato de que a sociedade constrói o jeito de ser do homem e da mulher, define o que é masculino e o que é feminino. Então, o grande incômodo nos educadores não tem a ver necessariamente com a orientação sexual do educando, mas, possivelmente, com a performance de gênero que se caracteriza pelo jeito de andar, de falar, de se vestir, enfim, o jeito de se portar que é diferente do que se é esperado para um menino ou para uma menina. A maior angústia dos professores tem a ver com essas normas e modelos de comportamento que se tem introjetados e enraizados. Logo, o avanço no pensamento educacional só acontecerá à medida que professores alunos e todos os membros da comunidade escolar incorporem e aceitem as diferenças.

Segundo uma pesquisa realizada pela UNESCO em 2002, ficou apontada que a maior parte dos profissionais da educação que atuam nas escolas básicas do Brasil demonstra atitudes e percepções preconceituosas com relação à diversidade de gênero e sexualidade. (UNESCO, 2004, p. 144). Percebe-se, portanto, a necessidade de enfrentamento dessa situação no cenário educacional para que tenhamos escolas capazes de oferecer no contexto de formação continuada

de seus professores o conhecimento e valorização da diversidade, oferecendo novos conceitos, argumentos, critérios e informações para a percepção da realidade. O desafio é colocar em constante debate e, sobretudo, em atitudes pedagógicas concretas, uma pedagogia que promova, reconheça e valorize a diversidade e toda forma de expressão dela no ambiente escolar.

O ponto inicial para a mudança é o reconhecimento da existência de ações e comportamentos discriminatórios nas escolas. A partir daí é necessária a abordagem conjunta da equipe pedagógica quanto ao esclarecimento de questões como gênero e as relações de poder que afetam diretamente o processo educativo. É importante refletir que a escola é o ambiente ideal de luta pela eliminação de preconceitos e práticas discriminatórias. A relação da convivência e do respeito à diversidade é um recurso social que carrega alta potencialidade pedagógica e libertadora, mas para isso é necessário desprender-se de rótulos e padrões homogeneizadores. Portanto, a educação contribui para a promoção da diversidade e pela ruptura de estigmas, fatores que evitam os casos de violência.

### **POR QUE DISCUTIR DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS?**

Na grande maioria das vezes é na escola que os meninos e meninas começam a namorar e também ocorre que neste mesmo espaço eles lidam pela primeira vez com as diferenças. Não se pode imaginar uma escola isolada e distante das relações com a sociedade, da mesma forma que não se pode fantasiar uma escola sem os problemas vivenciados no mundo exterior, ou seja, fora dos muros que a protege.

O Ministério da Educação junto com a Unesco prevê ações pedagógicas para discutir diversidade sexual em todas as escolas do país. Mas será que na prática isso vem ocorrendo? É importante ressaltar que essa discussão não cabe somente aos professores da área de ciências da natureza, mas se trata de um trabalho que todos deveriam articular visto que tem a ver com a realidade do dia a dia dos alunos, seja nas relações pessoais, sociais ou até mesmo por meio das mídias, como a televisão e o cinema, que produzem um jeito de ser, um jeito de viver e, de certa forma, tudo isso dita comportamentos.

O sufixo *ismo* no campo da saúde indica uma doença. Felizmente em 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) deixou de considerar a atração por um mesmo gênero uma doença. O sufixo *dade*, por sua vez, se refere a uma expressão ou manifestação humana, assim como a felicidade, identidade, fraternidade. Essa abordagem é necessária em sala de aula para que o aluno, desde cedo, se aproprie das informações corretas, sem a presença do discurso discriminatório e preconceituoso.

Quando há uma situação de preconceito dentro da sala de aula é imprescindível que o professor pare o conteúdo e discuta a questão, que está muito mais presente na classe, levando ao debate sobre o respeito às diferenças, ao invés de fechar os olhos e fingir que nada aconteceu e nesse cenário, a escola silencia muito em relação às questões que envolvem gênero e diversidade sexual. No ambiente escolar os problemas são muito visíveis: são alunos sendo apelidados e algumas vezes sofrendo algum outro tipo de agressão. Contudo, é mais fácil e oportuno para muitos educadores e profissionais da educação fazer de conta que não estão vendo e que esses fatos não vêm acontecendo, isso porque culturalmente somos todos preconceituosos.

A escola é uma reprodução da sociedade e como tal é obvio a percepção de que se existe a discriminação lá dentro do mesmo modo isso acontece do lado de fora. Consoante a isso, é necessário e urgente o estímulo à reflexão e ao debate sobre estes assuntos em sala de aula. Professores e gestores devem se capacitar e sentir-se à vontade para falar e lidar com a diversidade sexual.

O que se percebe e que pode ser detectado nas pesquisas desenvolvidas tanto pelo MEC como por outras organizações que o mesmo órgão tenha acompanhado é que o processo de discriminação e de violência com relação à população LGBT está presente nas escolas. Então, a homofobia não é um tema que o MEC vai apresentar às escolas por meio de cursos de formação ou por meio dos materiais por ele disponibilizados. Trata-se de um tema que já está presente nas escolas e dessa forma, os gestores dos sistemas educacionais precisariam fornecer os instrumentos e o suporte necessário para que os profissionais da educação possam ressignificar essas situações. Quando se pensa essas questões de gênero e sexualidade nas escolas entende-se o seu papel social no sentido de construir perspectivas educacionais que incluam os sujeitos LGBT.

Não se pode aceitar qualquer explicação de que sendo a sociedade brasileira extremamente homofóbica se vincule a isto o simples fato de que a escola também possa ser. E exatamente porque a homofobia é errada e viola alguns dos nossos preceitos mais fundamentais de direitos humanos e da Constituição Brasileira, a escola tem que romper com essa desigualdade e promover uma nova cultura.

## **A VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBT**

Ainda nos dias atuais, os homossexuais são profundamente discriminados, impedidos de viver sua afetividade, além de também sofrerem com a violência física. O mais impressionante é que essa violência, na maior parte das vezes começa na própria família à

medida em que os familiares não compreendem e não aceitam a orientação sexual dos filhos que muitas vezes são expulsos ou se veem obrigados a sair de casa em busca de sua independência e do seu reconhecimento e visibilidade. Diante dessa ocorrência, infelizmente alguns acabam se prostituindo, expostos à toda sorte de riscos sociais decorrentes da vida nas ruas. É importante destacar nesse sentido, que a violência não se dá apenas na forma física, mas também nas formas psicológicas, com efeitos de violência moral.

Profundamente arraigada aos pensamentos machistas e religiosos, a violência contra homossexuais assume proporções tais no Brasil, que é possível afirmar que os LGBTs são o setor social mais exposto à criminalidade violenta, bem como à discriminação e preconceito em geral que, embora nem sempre gerem marcas físicas, segregam socialmente e contribuem com a prática de atos de maior potencial ofensivo.

Segundo dados divulgados no portal eletrônico Âmbito Jurídico (jul. 2012), FARIAS relata que “os Estados do Nordeste lideram as estatísticas, respondendo por 43% dos homicídios contra LGBTTs no ano de 2010. As estatísticas parciais de 2011, embora apontem redução no total de crimes em relação ao ano anterior, demonstram grande crescimento no número de homicídios motivados por homofobia na região, marcada pelas profundas raízes patriarcais e machistas, o que se reflete também no fato de as cidades do interior terem índices superiores às capitais.”

Atualmente a cidade de Vitória da Conquista ocupa o posto de município com maior índice de assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Assim, a violência contra a comunidade LGBT, no sudoeste do Estado, foi apontada com um dos desafios a serem enfrentados pela Defensoria Pública da Bahia a partir de ações a serem elaboradas pela Instituição e incluídas em seu orçamento de 2016.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E AS RELACIONES DE GÊNERO**

Toda questão que envolve as diferenças e as minorias parte de uma noção dos aspectos da igualdade, que pode ser vista sob um viés formal ou sob um aspecto material. As políticas públicas vão traduzir, de certa maneira, intenções materializadas de atividades do Governo, para traduzirem a inserção de uma igualdade a partir da isonomia, incentivando as minorias, não somente no que tange a sua cultura ou nos aspectos que refletem a sua intenção das diferenças, mas também a possibilidade de propiciar a partir de atos materiais do legislativo todas as atividades que a minoria tem por interesse a nível cultural e social estabelecer.

Diz a Constituição em seu Preâmbulo que somos uma sociedade fraterna e pluralista. Entende-se, pois, como pluralidade as questões relacionadas à diversidade. Entretanto, ao

contrário do que reza o texto Constitucional somos uma sociedade altamente preconceituosa. Percebe-se que os homossexuais, as mulheres e os negros são, ainda, tão oprimidos no convívio entre os grupos sociais, a ponto de se anularem, muitas vezes, passando a aceitar as situações impostas por um discurso hipócrita e conservadorista. Nesse sentido, é necessária a implementação de ações e decisões governamentais com escolhas políticas de prioridades e metas coletivas conscientes, que caracterizam, justamente, as políticas públicas para a diversidade e a inclusão das minorias.

A partir de uma evolução do movimento social, de lutas de pessoas por direitos civis voltados à questão da orientação sexual e para a diversidade sexual alguns governos de Estado e Municípios criaram órgão específicos para a defesa desta minoria, ou seja, para a garantia de direitos humanos voltados aos LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros).

A introdução da temática gênero e diversidade nas políticas públicas, sobretudo no quesito relacionado à homossexualidade ganhou visibilidade graças a esfera da saúde pública, na qual as demandas ligadas entre a saúde e a doença, relacionadas à epidemia da AIDS em nosso país, na segunda metade da década de 90 culminaram na criação do Programa Nacional de DST/AIDS. Segundo FOUCAULT (2001):

Neste cenário social e político, a ação dos movimentos sociais foi fundamental para reverter a lógica estigmatizante dos chamados “grupos de risco” na primeira fase da epidemia. Esta reação demonstrou a necessidade de abertura do diálogo público sobre a diversidade sexual como forma de combate à epidemia que se alastrava para muito além dos denominados grupos e que fez com que a sexualidade entrasse no debate político de uma forma distinta daquela da patologização/categorização que marcou a afirmação do dispositivo da sexualidade a partir do século XIX.

Posteriormente, organismos oficiais, como o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, passaram a estimular projetos de educação sexual, o que representou um marco para a publicação do documento “Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade”, apoiado nas recomendações e nas experiências da UNESCO e da Organização Mundial da Saúde. Somente em 1996, com a instituição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), sob a responsabilidade do Ministério da Justiça, o termo “homossexuais” é inserido no texto relacionado aos Direitos Humanos, garantindo o tratamento igualitário perante a lei e apoiando programas para a prevenção da violência contra grupos em situação mais vulnerável.

Um salto notável nas políticas públicas para a diversidade ocorre em 2004 com o lançamento do Plano Plurianual (PPA 2004-2007) que definia o Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Para efetivar esse compromisso, a Secretaria Especial de

Direitos Humanos lança o Programa *Brasil sem Homofobia*, objetivando o combate à violência física, verbal e simbólica sofrida por pessoas LGBT. Destaca-se nesse Programa, um capítulo dedicado à educação, com o intuito de “promover valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual” (BRASIL, 2004b, p. 22, 23).

Desencadeou-se, portanto, a continuidade da luta pela garantia dos direitos de igualdade dos LGBT a partir de outras iniciativas, a saber:

- Realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e política públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008. Teve grande destaque e visibilidade por ser a primeira Conferência com essa abordagem realizada no mundo. O foco do encontro era propor políticas públicas e a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de GLBT, ao mesmo tempo em que pretendia avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa *Brasil sem Homofobia*;
- Lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNDCDH-LGBT), em 2009. O Plano demonstra a intenção explícita do compromisso político do governo brasileiro em tratar a questão dos Direitos Humanos como verdadeira política de Estado, o que gera grande expectativa. Porém, diante da pouca publicitação, reproduziu mais uma vez a ineficácia que caracteriza o Programa *Brasil sem Homofobia*;
- Publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), em 2009. Apesar de elencar vinte e duas ações que dizem respeito à população LGBT, abrigo direitos para todas as chamadas minorias sociais, apresenta uma grande lacuna, que é justamente a falta de previsão de prazos para execução dessas ações;
- Criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, em 2010;
- Implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação partidária do governo federal e da sociedade civil.

Por último, o projeto de lei do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 apresenta dez diretrizes e faz referência à difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. O referido documento traz a meta que propõe universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nessa faixa etária. Uma das

estratégias para o cumprimento dessa meta é a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

Na cidade de Vitória da Conquista, uma das principais políticas de governo voltadas para a diversidade sexual e de gênero foi o decreto municipal nº 14.273/2012, por meio do qual a Prefeitura garantiu o uso do nome social a travestis e transexuais em todos os órgãos da Administração Municipal direta e indireta, autarquias, fundações e na Rede Municipal de Ensino. Foi uma ação pioneira no interior da Bahia, vista antes somente nas cidades de Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari.

Além disso, em novembro de 2012, a cidade sediou o III Encontro de Travestis e Transexuais da Bahia. Promovido pela Associação de Travestis de Salvador (Atras), com apoio do Coletivo de Diversidade Sexual Finas e da Assessoria Técnica de Políticas de Diversidade Sexual da Prefeitura, o evento contou com a participação de 80 travestis e transexuais.

Segundo Danilo Bittencourt, assessor técnico de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual, a principal ação do governo Municipal de Vitória da Conquista foi ter encampado a luta da população LGBT, levando-a para o âmbito institucional, através da qual foi possível trazer as demandas do movimento social para transformá-las em políticas de governo. Destaca ainda o fato do Município já ter sido pioneira em uma série de atividades direcionadas a dar visibilidade à luta da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

Diante do exposto é notável a introdução do gênero e da sexualidade nas políticas públicas de educação no Brasil a partir da década de 90, nas quais vêm dando ênfase ao currículo e estabelecem uma agenda de governo com ações voltadas para a diversidade sexual, com a criação de diversos projetos e programas.

Pode-se verificar no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que a produção acadêmica sobre a temática de gênero e sexualidade nas políticas públicas educacionais apresenta um número pouco expressivo. Por outro lado, percebe-se um interesse muito grande e cada vez mais crescente nas produções acadêmicas quando as questões de gênero e sexualidade se voltam para a educação e conduzem a uma reflexão das discussões no contexto escolar que podem se configurar em ações afirmativas ou na percepção de atitudes que denotam o silenciamento, a opressão ou a culpabilização das relações homoafetivas, bem como o mote em questão.

Na literatura sobre as políticas públicas de educação com abordagem das relações sociais de gênero há evidências de um tenso processo de negociação quanto à criação e

implementação de planos, projetos e programas que atendam às reivindicações do movimento LGBT, nas suas pluralidades. Contudo, uma perspectiva de mudança surge para as minorias quando, pela primeira vez na história do nosso país, o presidente da Nação menciona em seu discurso de posse a expressão orientação sexual, dentre as formas discriminatórias a serem enfrentadas pelo Governo Federal:

É tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade. O Brasil tem muito o que contribuir neste debate. Colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações. Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este país combaterá de maneira decidida e permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária. (INESC, 2007)

Assim, ao final do século XX e início do século XXI, mudanças significativas no cenário ligado às questões da homossexualidade começaram a ocorrer, proporcionando transformações no aspecto de visibilidade da temática e, conseqüentemente, o conteúdo que trata da diversidade foi inserido em diversos programas e projetos do MEC. Por outro lado, infelizmente ainda não existem no Brasil leis federais que criminalizem atitudes de preconceito contra homossexuais. É notável e esperado que as sociedades avancem à medida que incorporem e aceitem as diferenças. Logo, os projetos de lei que tramitam no legislativo podem até demorar de serem aprovados, mas é possível afirmar, numa perspectiva positivista, que são inevitáveis, pois que uma relação respeitosa e livre com a sexualidade é o futuro de uma sociedade saudável.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reconhecendo as sociedades como plurais e multiculturais: mulheres, travestis, lésbicas, negros, homens, gays, idosos, índios e tantas outras representações que compõe os espaços sociais, faz-se necessário compreender que o respeito às diferenças é condição necessárias para vivermos com justiça e liberdade.

Na escola esse assunto ainda não é abordado de forma natural, tanto por alunos quanto pelos profissionais da educação que na maioria dos casos apresenta uma verdadeira aversão a esse tema. Percebe-se uma polêmica muito grande quando se propõe trabalhar ou abordar sobre a sexualidade em sala de aula. No entanto, a escola deve encarar a diversidade sexual e as questões de gênero como uma realidade, uma vez que os próprios docentes já passam a notar entre os alunos uma variedade enorme de pessoas com comportamento muito variado e que, também, apresentam ou demonstram desejos variados. Por conta disso, as escolas devem lidar, em termos realistas, com o que acontece no ambiente escolar, uma vez que é impossível negar

o que existe de concreto na vida das pessoas. Em sala de aula, nos espaços escolares e principalmente fora dos muros das escolas, tanto alunos como professores estão vivenciando a diversidade e, por conseguinte, deve ser vivida e respeitada em todos os contextos sociais, inclusive na escola.

Pensar numa proposta de educação sexual que se relacionem com as questões de gênero e diversidade sexual teria que ter como aspecto central a questão da liberdade, da autonomia e do diálogo. Os professores teriam que partir para uma reflexão sobre novos arranjos de relações afetivas e sexuais, sem opressão, sem violência.

Notadamente, quanto à temática da homossexualidade, da travestilidade, da transexualidade, da diversidade sexual como um todo, a escola deve se obrigar ao ensino dessa pluralidade no intuito de despreconceitualizar os indivíduos e a sociedade, caso contrário ela se manterá omissa quanto a um papel importante que é justamente a contribuição para a emancipação cultural, moral, política e intelectual da nossa sociedade.

Por fim cabe dizer que algumas datas comemorativas como o dia da mulher, dia do índio, dia da consciência negra, dia do orgulho gay ou do orgulho LGBT são importantes, pois através da celebração há a luta pelo combate ao preconceito. Contudo, o bom seria se não houvesse todos esses dias, mas tão somente, o dia do ser humano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL (2004). Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em < [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf) >. Acesso em 13/03/16.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra glbt e promoção da cidadania homossexual*. Brasília, 2004b. Disponível em: < [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf) >. Acesso em 13/03/16.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*; tradução, Renato Aguiar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FARIAS, Camilo de Lélis Diniz de. *Considerações acerca da violência por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil: características, avanços e limitações*. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 102, jul 2012. Disponível em: < [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11998&revista\\_caderno=27](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11998&revista_caderno=27) >. Acesso em 15/03/16.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: uso dos prazeres*. (M.T.C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, trad. 9ª ed.). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Grall, 2001.

INESC. *Site*. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias-gerais/2007/janeiro-2007/discurso-de-posse-de-lula/>>. Acesso em 31/03/16.

LOPES, Denilson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

PMVC. *Vitória da Conquista realiza primeiro casamento homoafetivo do interior da Bahia*. Mar 2013. Disponível em <<http://www.pmvc.ba.gov.br/vitoria-da-conquista-realiza-primeiro-casamento-homoafetivo-do-interior-da-bahia/>> Acesso em 26/03/16.

TELAROLLI JUNIOR, R. *Sociedade, cultura e desejo: a sexualidade humana*. In: KUPSTAS, M. (Org.). *Comportamento sexual*. São Paulo: Moderna, 1997.

UNESCO. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...* São Paulo: Moderna, 2004.